**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 22/09/2021.**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se remotamente a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a oitava reunião extraordinária, da terceira sessão legislativa, da oitava legislatura, presentes os Deputados Daniel Donizet, Delmasso, Júlia Lucy e Jorge Vianna. A Deputada Júlia Lucy, Presidente da Comissão, informou que na reunião será feita a arguição do Sr. Robinson Ferreira Cardoso, para recondução ao cargo de Ouvidor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Passou-se a palavra ao Sr. Robinson Ferreira Cardoso. Ele disse que desempenhou a função com muita dedicação e satisfação e que a ouvidoria exerce papel fundamental na mediação de conflitos, com rigor na apuração das reclamações dos usuários. Houve mais de 8 mil atendimentos aos cidadãos, mais de 300 mediações com êxito e mais de 400 denúncias encaminhadas para apuração. Por conta da pandemia, adiou-se o projeto Ouvidoria Itinerante, que tem por objetivo estreitar as relações da Adasa com o cidadão. O indicado ao cargo informou que que o plano de ação da ouvidoria para o próximo triênio será enviado aos Deputados para avaliação. O Deputado Delmasso parabenizou pelo trabalho na ouvidoria da Adasa. O Parlamentar se preocupa com o número de embarcações no Distrito Federal e está elaborando uma norma para obrigar as embarcações a colocar um tipo de fossa séptica. Atualmente os dejetos dos banheiros dos barcos são jogados no lago Paranoá. Ele perguntou a opinião do ouvidor sobre a proposta de obrigar as embarcações a terem fossas sépticas, a exemplo do que ocorre em outros municípios com lagos. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso considerou relevante a proposta, especialmente em razão da captação de água do lago para consumo. Acrescentou que existem outros ‘vácuos’ na legislação: falta legislação que determine onde descarregar os caminhões que limpam fossa e que regulamente a desobstrução de caixa de gordura das casas e blocos. O Deputado Jorge Vianna comentou que esteve em reunião na Adasa para resolver um problema histórico na região Aguilhares, em São Sebastião, e se disse defensor do sistema de captação e tratamento no Distrito Federal. Considerando a realidade da comunidade rural, em que são concedidos lotes para plantar e cultivar animais, o Parlamentar perguntou sobre as condições para captação de água para irrigação, como a Adasa vê essa questão. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso informou que todos os poços artesianos são georreferenciados no DF e toda solicitação é vista considerando a quantidade de outorgas por vazão de água. Para exemplificar, no Paranoazinho, onde haverá a Urbitá, existe limitação e, se for construir uma nova cidade, a Caesb tem que instalar rede. A Adasa cobra da Caesb no plano de desenvolvimento para os próximos anos. A cidade vem crescendo, mas a rede não acompanha e há condomínios que não são atendidos. O Deputado Jorge Vianna questionou se o valor da água do poço artesiano é o mesmo e se a Caesb tem o direito de captar essa água em qualquer lugar do DF, se existe limitação. O ouvidor da Adasa respondeu que não existe limitação e que eles outorgam à Caesb onde se retira água. Atualmente o poço artesiano não é cobrado, mas o ouvidor entende que se deve cobrar, pois a água é um direito e também um bem econômico. Nos novos poços tem-se obrigado a colocação de hidrômetro e se pensa em iniciar a cobrança. O valor será mais baixo. Há resoluções que estabelecem que só pode ter água para consumo onde não chega a rede da Caesb, e a água é testada. Quando se pede a outorga, é preciso levar o teste da água. A Deputada Júlia Lucy perguntou sobre as medidas tomadas pela ouvidoria da Adasa, considerando o período de pandemia, para manter o serviço de ouvidoria disponível. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso afirmou que no funcionamento normal, antes da pandemia, 95% dos atendimentos eram por sistema ou telefone. A atendimento presencial continua baixo e, durante a pandemia, apenas o presencial foi fechado. O serviço não foi afetado e se tem uma média de 4.000 a 4.200 atendimentos por ano. A Deputada Júlia Lucy perguntou se houve aumento nos atendimentos virtuais durante esse período. O ouvidor respondeu que não houve aumento. Na pandemia se adotaram medidas favoráveis ao contribuinte, como não cortar água e reduzir preço com a implantação da tarifa social. O prazo para corte de água foi estendido de três para seis meses. A Deputada Júlia Lucy perguntou qual é o canal de acesso público para transmitir ao vivo as reuniões da diretoria colegiada e as audiências públicas, e onde ficam disponíveis as gravações dos eventos. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso informou que as reuniões públicas ainda não são transmitidas, mas está se instalando um sistema para iniciar a transmissão. O Conselho de Consumidores já cobrou essas transmissões. As audiências públicas são transmitidas via ‘Teams’, são gravadas e ficam disponíveis no portal eletrônico da Adasa. A Deputada Júlia Lucy perguntou se é possível acessar as reuniões públicas após terem ocorrido. O ouvidor da Adasa disse que não têm sido gravadas e já cobrou da ‘TI’ um sistema de gravação e transmissão ao vivo. A Parlamentar questionou com que antecedência se comunica a realização das reuniões públicas e de que forma o cidadão pode participar. O ouvidor da Adasa informou que a publicação no sítio eletrônico é feita com 24 horas de antecedência e a participação, se não for presencial, depende da transmissão, que precisa ser autorizada pela diretoria. A Deputada Júlia Lucy solicitou que, por se tratar de processo administrativo, o interessado seja chamado de forma individualizada, a exemplo do que o Judiciário faz, inclusive por ‘whatsapp’. Pediu também que o aviso se dê com 72 horas de antecedência. A Deputada perguntou o motivo de a Adasa não divulgar no portal eletrônico a agenda de diretores, ouvidores e superintendentes. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso disse que não era praxe, mas que diretoria deve disponibilizar no portal a agenda da semana. Essa publicação da agenda depende de aprovação da diretoria colegiada. O ouvidor levará a sugestão na próxima reunião. A Deputada Júlia Lucy perguntou quais são as principais demandas na ouvidoria e como se pode acessar as estatísticas do tipo de demanda. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso informou que existem alguns tipos – telefone, e-mail e OUV-DF (sistema de ouvidoria do Distrito Federal) – e que produz um relatório anual com a quantidade de demandas. O relatório foi enviado à Comissão no início deste ano. A Parlamentar comentou que, no relatório do 2º trimestre de 2021, o nível de satisfação do cidadão com a ouvidoria é de 59% e perguntou a avaliação sobre esse percentual. O Sr. Robinson Ferreira Cardoso disse que é difícil elevar o percentual de satisfação, pois se atende à demanda e nem sempre o usuário tem razão. O processo foi conduzido até o final e o usuário não ficou satisfeito por não ter sido atendido. Foi solicitado à TI (Tecnologia da Informação) o desenvolvimento de um sistema que se comunique com o OUV-DF, por meio de BI (*Business Intelligence*), para avaliar o nível de satisfação dos que foram atendidos e dos que não foram atendidos. A Deputada Júlia Lucy afirmou que o usuário precisa ser ouvido e o percentual de 40% é bastante expressivo. Após perguntar aos demais Parlamentares se desejavam fazer mais perguntas, a Deputada Júlia Lucy declarou encerrada a sabatina para arguição do Sr. Robinson Ferreira Cardoso. Em razão de ser a Relatora, a Deputada passou a Presidência para o Deputado Delmasso, que pôs em discussão e votação o parecer ao Processo n° 56/2021, de autoria do Poder Executivo, de “recondução ao cargo de Ouvidor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, o nome do senhor Robinson Ferreira Cardoso, nos termos do § 1o do art. 25 da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008”. A Relatora, Deputada Júlia Lucy, disse que, após a realização dessa audiência pública, observou-se a experiência notável na vida pública do indicado ao cargo, assim como a disponibilidade em aprimorar os processos internos de ouvidoria, prestação de contas e atendimento à população. Assim, é favorável à recondução do Sr. Robinson Ferreira Cardoso ao cargo de Ouvidor da Adasa. O Deputado Jorge Vianna elogiou o atendimento prestado pela Adasa e expressou gratidão ao gestor, ex-Deputado Raimundo Ribeiro. Colocado em votação, o Parecer ao Processo n° 56/2021 foi aprovado com três votos favoráveis, duas ausências. A Deputada Júlia Lucy reassumiu a presidência e informou que o Deputado Robério Negreiros não pode participar da reunião por questão de saúde na família. Ela colocou a Comissão à disposição da Adasa e informou que existem projetos que podem ser elaborados juntos, especialmente sobre a preservação de nascentes. É necessário preservar águas, principalmente o rio Bartolomeu, que alimenta o lago Paranoá. O Deputado Delmasso comentou sobre a criação, nessa data, do fundo imobiliário do Biotic, que financiará a coprodução da cidade inteligente (*smart city*) em Brasília. O nome mais conhecido é Parque Tecnológico de Brasília, cujo projeto foi instituído pela Lei Complementar nº 923/2017. O projeto é coordenado pelo Banco Regional de Brasília (BRB). O Deputado Delmasso parabenizou o Presidente do BRB, Sr. Paulo Henrique Costa, o Presidente do Biotic, Sr. Gustavo Dias Henrique, e o Governador Ibaneis. A Deputada Júlia Lucy agradeceu as informações encaminhadas pelo Deputado Delmasso e informou que será realizada audiência pública sobre cidades inteligentes na próxima segunda-feira, às 10 horas. A Deputada agradeceu a presença do Sr. Maurício, Secretário Institucional do Governo do Distrito Federal, que acompanhou a reunião, e declarou encerrada a reunião às 11h16. Eu, Uirá Felipe Lourenço, consultor técnico-legislativo, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão, Deputada Júlia Lucy, e encaminhada para publicação.

Deputada Júlia Lucy

**Presidente da CDESCTMAT**